

2/10/2017

## Fazer política não é governar

Após um ano em funções o Governo está prestes a concretizar a solução alternativa às subconcessões das empresas públicas de transportes rodoviários do Porto e de Lisboa. E só destas, pois das outras não há solução à vista!

Se a solução escolhida para a primeira foi a gestão partilhada pelos municípios onde o operador público exerce a sua atividade, já o critério para a Carris não seguiu os mesmos pressupostos, visto que a opção foi a entrega direta e “limpa” – sem dívidas – nas mãos do município de Lisboa. Por certo, não terá tido influência na decisão o facto do edil da cidade do Porto ser um independente que, tendo apenas recolhido o apoio do partido mais à direita, nada ficou a dever ao partido do Governo ou aos que no Parlamento o têm apoiado. Também quero crer que sendo a maior Câmara Municipal do País governada por uma maioria afeta ao partido do Governo, em nada influenciou a escolha na entrega da Carris ao município, mesmo sem que os responsáveis autárquicos dos concelhos onde a Carris opera ou mesmo onde tem a sua sede tivessem sido ouvidos ou chamados a opinar sobre a solução entretanto decidida.

Poder-se-á dizer que pensar o contrário é reduzir tudo isto a um mero e mesquinho jogo de xadrez partidário, onde as forças e equilíbrios dos órgãos regionais dos partidos e respetivas direções nacionais têm peso nas decisões, ainda por cima com eleições autárquicas à porta. Não tivéssemos nós, na história recente, inúmeros casos onde isso aconteceu e não se pensaria, por certo, nestas teorias da conspiração.

Mas vamos dar como certo que a escolha foi racional, medida, refletida e em prol do bem das regiões e das suas gentes. E estou a falar a sério, pois sou daqueles que acredita que as competências para a organização das redes de transporte público e dos sistemas de mobilidade devem ser de quem gere os territórios.

No entanto a realidade impõe-se e os factos realçam que o apetite primário de misturar decisões de Estado com interesses “à la carte”, ainda hoje é uma variável de peso na decisão das lideranças que nos governam.

Afinal parece que pouco se aprendeu com inúmeros erros do passado!

A recente decisão do Governo de investir 215 milhões de euros na ligação da linha amarela à linha verde do Metropolitano de Lisboa, criando duas estações, com o intuito de consolidar o estatuto do metro circular - sem que para tal sejam apresentados quaisquer dados sobre a

procura esperada - parece reforçar a ideia de uma decisão mais à medida de outros objetivos que não os do interesse geral.

Se o objetivo é o de conferir o papel de distribuidor de passageiros pela cidade, seria então mais eficaz e mais barato garantir a operacionalidade e disponibilidade de toda a frota do metro e conferir capacidade à linha verde para comportar comboios com seis carruagens, aumentando assim de forma significativa a sua capacidade e utilizar os poucos recursos públicos para requalificar a Linha de Cascais, que tem 25 km e 17 estações, tornando-se assim verdadeira alternativa aos cerca de 65.000 veículos que diariamente entram em Lisboa pela A5. Certamente, os milhões agora anunciados serviriam os muitos milhares de cidadãos que residem nos concelhos de Oeiras, Cascais e até Lisboa e que se deslocam todos os dias para a capital, do que apenas alguns que habitam nas áreas das novas estações preconizadas. Aí sim, o investimento seria benéfico e estrutural para uma boa parte da área metropolitana, por sinal uma das mais populosas, garantindo externalidades positivas, mas, sobretudo, permitiria ir ao encontro do propósito e objeto de qualquer Governo, que é de governar todos os cidadãos. Como alguém disse *“É necessária a política no governo das nações mas fazer política não é governar”*.

**Por:**

**Fonte:**